

RELATÓRIO ANUAL DE ACTIVIDADES

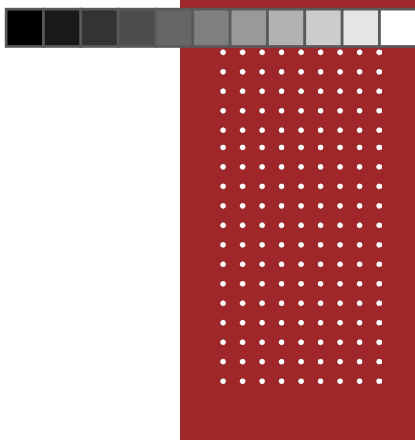


2020



Rua de Mukumbura nº 363, Maputo, Moçambique
Tel: +258 21 485 640; +258 21 485 643
Email: inf@igepe.org.mz; www.igepe.org.mz





INSTITUTO DE GESTÃO DAS PARTICIPAÇÕES DO ESTADO
STATE SHARES MANAGEMENT AGENCY

RELATÓRIO ANUAL DE ACTIVIDADES

2020

FICHA TÉCNICA



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO IGEPE

Ana Isabel Senda Coanai

Presidente do Conselho de Administração

Raimundo Jorge Matule

Administrador do Pelouro de Controlo de Participações

Mário Xavier Estêvão

Administrador do Pelouro de Administração e Finanças

EQUIPA DE COORDENAÇÃO TÉCNICA

Jacinto Uqueio

Direcção de Controlo das Participações

Cristina Matavele

Direcção de Investimentos

Madalena Atanásio

Direcção de Governança Corporativa

Ana Tembe

Direcção de Administração e Finanças

Abílio Inguane

Direcção de Desenvolvimento Investimento

Samuel Massinga

Gabinete Jurídico

EDIÇÃO

EDIÇÃO CRIATIVA

REVISÃO

Paiva Munguambe

Assessor do Conselho de Administração do IGEPE



RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES 2020



INSTITUTO DE GESTÃO DAS PARTICIPAÇÕES DO ESTADO
STATE SHARES MANAGEMENT AGENCY

ÍNDICE

ÍNDICE	i
LISTA DE TABELAS	i
LISTA DE ABREVIATURAS	ii
APROVAÇÃO DO RELATÓRIO	iii
MISSÃO, VISÃO, OBJECTIVO GERAL E VALORES	iv
ÓRGÃOS SOCIAIS	v
1. INTRODUÇÃO	1
2. BALANÇO DAS ACTIVIDADES REALIZADAS EM 2020	2
2.1. No Âmbito do Controlo de Participações	2
2.2. No Âmbito da Governação Corporativa	6
2.3. No Âmbito de Investimentos	9
2.4. No Âmbito da Administração e Finanças	13
2.5. No Âmbito de Planificação e Desenvolvimento Institucional	18
2.6. No Âmbito da Assistência Jurídica	19
2.7. No Âmbito da Auditoria Interna	20
2.8. No Âmbito das Aquisições	22
2.9. Medidas de Prevenção e Mitigação no Combate à Pandemia do COVID-19.....	22
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS	25
4. PERSPECTIVAS PARA 2021	26
LISTA DE TABELA	
Tabela 1: Saneamento da carteira de participações do Estado.....	4

LISTA DE ABREVIATURAS

AG	Assembleia Geral
AGO	Assembleia Geral Ordinária
ALC	África <i>Leasing Company</i>
ARV'S	Antirretrovirais
BIM	Banco Internacional de Moçambique
BCI	Banco Comercial de Investimentos
CA	Conselho de Administração
CAIC	Complexo Agro-Industrial de Chókwè
CIM	Companhia Industrial de Moçambique
CPCV	Contracto Promessa de Compra e Venda
DAF	Direcção de Administração e Finanças
DCP	Direcção de Controlo das Participadas
DDI	Direcção de Desenvolvimento Institucional
DGC	Direcção de Governação Corporativa
DI	Direcção de Investimentos
EGP	Estatuto dos Gestores Públicos
ECMEP	Empresa de Construção e Manutenção de Estradas e Pontes
FARMAC	Empresa Estatal de Farmácia
GAI	Gabinete de Auditoria Interna
GTT'S	Gestores, Técnicos e Trabalhadores
IBC	Indústria de Borracha e Calçado
IGEPE	Instituto de Gestão das Participações do Estado
LAM	Linhas Aéreas de Moçambique
MCEL	Moçambique Celular
MEDIMOC	Empresa Moçambicana de Exportação e Importação de Medicamentos
MIREME	Ministério de Recursos Minerais e Energia
MoU	Memorandum of Understanding
USD	Dólar Norte Americano
PETROMOC	Petróleo de Moçambique
PGR	Procurador-Geral da República
PM	Primeiro-Ministro
S.A	Sociedade Anónima
S.A.R.L	Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada
SEE	Sector Empresarial do Estado
SEMOG	Sementes de Moçambique
STEIA	Empresa de Aluguer de Equipamentos
TDM	Telecomunicação de Moçambique
TdR	Termos de Referências
TMCEL	Moçambique Telecom



APROVAÇÃO DO RELATÓRIO

É com satisfação que comunicamos a aprovação do Relatório de Actividades do Instituto de Gestão das Participações do Estado (IGEPE) referente ao ano de 2020. Este relatório oferece um balanço detalhado das acções desenvolvidas, destacando a implementação do plano de actividades e orçamento do IGEPE num contexto marcado por desafios económicos sem precedentes.

O ano de 2020 foi caracterizado pela recessão da economia mundial devido à pandemia da COVID-19, que resultou na desvalorização do Metical e na inflação dos preços dos produtos no mercado em Moçambique. Frente a esses desafios, o IGEPE manteve o seu compromisso com a melhoria contínua das reformas das empresas do sector empresarial do Estado (SEE), conforme os objectivos-chave do Plano Económico Social de 2020.

Durante este período, o IGEPE se dedicou a várias iniciativas cruciais, incluindo a reestruturação das empresas, focando na racionalização dos recursos financeiros e no fortalecimento dos mecanismos de supervisão e controlo do desempenho económico-financeiro. Também foram implementadas estratégias para reduzir o risco fiscal e os níveis de endividamento das empresas públicas, visando uma gestão mais sustentável e eficiente. Além disso, os nossos esforços para aumentar as receitas de capital resultaram em progressos significativos, apesar das adversidades económicas.

Este relatório detalha as actividades realizadas, o nível de execução em cada área e os desafios enfrentados ao longo do ano. Em 2021, continuaremos o ciclo de governação iniciado em 2019, com previsão de término em 2024. Este ciclo visa dinamizar a reestruturação do SEE, tornando-o mais eficaz e sustentável. A integração das empresas públicas será seguida pela reestruturação e consolidação das empresas participadas, revelando o potencial dos activos do SEE como um todo.

Nosso foco para 2021 incluirá a avaliação do endividamento, das participações financeiras e das práticas operacionais das empresas através de procedimentos internos, planos estratégicos, planos de negócios e de investimento, e outros indicadores de desempenho. Esta análise ajudará a identificar e mitigar os riscos, especialmente o risco fiscal.

Por fim, devido aos impactos da pandemia da COVID-19, antecipamos uma redução de 3% na arrecadação da receita total para o exercício económico de 2021 em comparação com 2020. No entanto, estamos confiantes de que, com a continuidade dos esforços e a dedicação de todos os colaboradores do IGEPE e dos gestores das empresas, conseguiremos superar esses desafios e alcançar os nossos objectivos.

Maputo, aos 26 de Fevereiro de 2021

Ana Isabel Senda Coanai
Presidente do Conselho de Administração do IGEPE

MISSÃO, VISÃO, OBJECTIVO GERAL E VALORES



Missão

Gerir o Sector Empresarial do Estado e as respectivas participações financeiras e sociais, no contexto dos princípios de boa governação corporativa, e catalisar novas iniciativas de investimento público e privado.



Visão

Ser referência na gestão do Sector Empresarial do Estado, no quadro do desenvolvimento do país.



Objectivo

Reforçar a capacidade de gestão das empresas do Sector Empresarial do Estado, visando a prestação de contas e a captação de receitas para o tesouro público.



Valores

- a) **Liderança** na gestão do sector empresarial do Estado e das suas participações sociais e financeiras;
- b) **Transparência** na gestão da coisa pública;
- c) **Empenho** no cumprimento da missão e das metas estabelecidas nos planos e programas de trabalho;
- d) **Responsabilidade** na gestão das participações do Estado;
- e) **Colaboração** para criação de sinergias e parcerias;
- f) **Inovação** na gestão e boas práticas de governação corporativa; e
- g) **Responsabilidade Corporativa** com os colaboradores, parceiros e partes interessadas.

Órgãos Sociais

Os Órgãos Sociais do IGEPE são constituídos pelo Conselho Consultivo, Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ana Isabel Senda Coanai
Presidente

Mario Xavier Estêvão
Administrador do Pelouro de
Administração e Finanças

Raimundo Jorge Matule
Administrador do Pelouro
de Controlo das Participações

**Albertina Furquia
Fumane**
Administradora não Executiva

Danilo Nalá
Administradora não
Executiva

CONSELHO FISCAL

Fernanda Matsinha
Presidente

Isabel Sumar
Vogal



INTRODUÇÃO

O presente Relatório refere-se ao balanço das actividades desenvolvidas no âmbito da implementação do plano de actividades e orçamento do IGEPE de 2020. O ano de 2020, foi caracterizado pela recessão da economia mundial, devido ao surgimento da pandemia da COVID-19, tendo resultado, em Moçambique, na desvalorização da moeda nacional, o Metical, e a inflação dos preços dos produtos no mercado.

Diante das manifestações da recessão económica, o IGEPE dedicou-se à constante melhoria da reforma das empresas do sector empresarial do Estado (SEE) como um dos objectivos-chave sectorial para o PES 2020. Isso incluiu uma ênfase contínua no processo de reestruturação das empresas, na racionalização dos recursos financeiros, no fortalecimento dos mecanismos de supervisão e controlo do desempenho económico-financeiro das empresas, na redução do risco fiscal e dos níveis de endividamento, bem como no aumento das receitas de capital.

Este Relatório apresenta o balanço das actividades realizadas durante o período em análise, destacando o nível de execução de cada área e descrevendo os desafios e constrangimentos enfrentados ao longo do processo de implementação.

2. BALANÇO DAS ACTIVIDADES REALIZADAS EM 2020

2.1. No Âmbito do Controlo de Participações

2.1.1. Actividades Planificadas

Na Direcção de Controlo de Participações programou para o presente o ano de 2020 as seguintes actividades: garantir o aumento de receitas de capital para o Tesouro Público em 40%; continuar o processo de reestruturação das empresas do sector empresarial do Estado para a sua viabilização e rentabilização (a reestruturação financeira da PETROMOC, LAM, TVM, RM, ENPCT, RBL e HICEP; a reestruturação operacional da FARMAC, TRANSMARÍTIMA, LAM, TVM, RM, ENPCT, RBL e HICEP); continuar com o processo de saneamento da carteira de participações do Estado através da alienação de participações sociais e património, nomeadamente: Chá Namae (100%), IBC - Indústria de Borracha e Calçado (20%), MADAL (5%), GEOMOC (20%), GERALCO (20%), GRAPHIC (6.8%); TECNAUTO (47.5%); Refrigerantes de Gaza – INAR (20%), HIDROMOC Beira (20%); STEIA (20%); Agro-Alfa Fundição (20%); SOMEK (20%); MARMONTE (20%); Diário de Moçambique (20%); CEGRAF (20%); TECNOMECÂNICA (20%); Moçambique Previdente (20%); MEDIMOC (64.73%); Hotel Cardoso (25.76%); EMOPESCA (80%); AUTO-GÁS (22%); MOGÁS (33.75%); CIM (1.48%), Cimentos de Moçambique (4.81%), GAPI (10.25%), EMÉRITUS Resseguro (20%), Companhia de Sena (4.98%), Carteira Móvel (30%); IFLOMA (20%); Mozaico do Indico (49%) e Sociedade Malonda (3%).

Fizeram ainda partes das actividades planificadas a dissolução e liquidação da ALC Leasing e da SOGIR; o reforço das medidas de supervisão e controlo das empresas através da consolidação dos mecanismos de monitoria das empresas do SEE; e a elaboração do Relatório e Contas Consolidado das empresas do SEE, referente ao exercício económico de 2020.

2.1.2. Actividades Realizadas

Para o ano de 2020, o IGEPE contou com uma carteira composta por 42 empresas, sendo 12 empresas públicas, sete empresas exclusivamente participadas pelo Estado, 11 maioritariamente participadas pelo Estado, 12 minoritariamente participadas pelo Estado, e uma Fundação.

a) Garantir o Aumento de Receitas de Capital para o Tesouro Público em 40%

Para o exercício de 2020, foi planificada a arrecadação de 2.771,4 milhões de Meticais de receitas de capital, tendo sido arrecadado até Dezembro 6.310,1 milhões de Meticais, o que corresponde a um grau de execução de 228%.

Esse aumento deveu-se à incorporação de dividendos da Hidroelétrica de Cabora Bassa, que depositou contribuições referentes aos dividendos dos anos 2015 a 2017 e 2019 que representaram 51% da receita total de capital arrecadada. Entretanto, contribuíram ainda para este nível de receita as empresas CFM, EP; BIM, SA; ENH, EP; CMH, SA; BNI, SA; EMOSE, SA e CMG, SA.

Refira-se que a MOZAL, SA e a NORSAD, SA que tradicionalmente contribuíam para a receita de dividendos, não o fizeram em consequência dos impactos causados pela pandemia da COVID-19 nas suas receitas.

Apesar do desempenho satisfatório na receita de capital, as receitas provenientes das alienações das participações apresentaram um baixo índice de execução, devido ao atraso verificado no processo.

b) Continuar o processo de reestruturação das Empresas do Sector Empresarial do Estado

No que respeita ao processo de reestruturação das empresas, com vista a sua viabilização e sustentabilidade, o IGEPE prosseguiu com o trabalho já iniciado, na vertente operacional, financeira e de recursos humanos, sendo de destacar, dentre outros, os seguintes: reestruturação dos passivos o que contribuiu para a melhoria de equilíbrio do balanço nas empresas EDM, EP; ADM, EP; CFM, EP; PETROMOC, SA; TMCEL, SA; LAM, SA; STEMA, SA; SEMOC, SA; FARMAC, AS; saneamento do passivo laboral nas seguintes empresas: TRANSMARÍTIMA, SA; MEDIMOC, SA; EMEM, SA; IFLOMA, SA e SEMOC, SA; aumento e realização de capital nas empresas PETROMOC, SA; LAM, SA; ADM, EP; SEMOC, SA; EMEM, SA; aprovação do princípio de fusão das empresas HICEP, EP e RBL, EP com vista a assegurar maior eficiência na gestão e racionalização de recursos nos regadios; alteração do modelo de governação na empresa TRANSMARÍTIMA, as, bem como, aprovação do princípio de liquidação e passagem do serviço para terceiros.

Foram ainda aprovados os planos de negócios e de revitalização da LAM, SA; no âmbito

da reestruturação da mão-de-obra nas empresas foi aprovado pela Assembleia da República, o princípio de reforma antecipada de recursos humanos o que permitirá a passagem da força laboral excedentária para a reforma (INPS), aliviando os custos nas empresas TMCEL, SA; RM, EP; Correios de Moçambique, EP; TVM, EP e ADM, EP; foram estabelecidas parcerias na SMM, SA para (a) viabilização do projecto de produção de soros injectáveis, medicamentos e para (b) o fabrico local de máscaras em resposta aos desafios da pandemia da COVID-19; foi iniciado o processo de concurso público para a contratação de um consultor com o objectivo de realizar a avaliação e determinação do valor da participação do Estado nas empresas STEMA, SA; EMOSE, SA; DOMUS, SA; e CORREIOS, EP; foi lançado um concurso público para a revisão do objecto social da EMEM, SA, abordando sua missão, relevância no sector e perspectivas futuras; e iniciado o processo da elaboração da Estratégia de Viabilização e Rentabilização das empresas do SEE.

c) Continuar com o processo de saneamento da carteira de participações do Estado

Com o objectivo de fortalecer a carteira de participações geridas pelo IGEPE, prosseguiu-se com os processos actualmente em curso, resultando na alienação dos 20% da participação do IGEPE na Moçambique Previdente. O ponto de situação das demais empresas é detalhado na Tabela 1.

Tabela 1: Saneamento da carteira de participações do Estado

Empresa	Estágio do Processo
Chá Namae – Unidade G0-2 da extinta EMOCHÁ;	Aguarda se despacho das Tutelas
Diário de Moçambique, MARMONTE, CEGRAF, Refrigerantes de Gaza, GERALCO e MOGÁS	Aguardam escrituras
PINTEX Beira e TECNOMECÂNICA	Aguardam emissão dos termos de adjudicação pelas CNAA
Refrigerantes de Gaza, GERALCO; MADAL, GRAPHIC, HIDROMOC Beira - INAR, STEIA, AGRO-ALFA Fundação, SOMEK, Hotel Cardoso e MEDIMOC.	Em negociação com o accionista (maioritário)
EMOPESCA, AUTO-GÁS, CIM, CIMENTOS, GAPI, EMÉRITUS Resseguro, Companhia de Sena, Carteira Móvel, TECNAUTO, INFLOMA E MEXTUR	Aguardam por despachos e pronunciamentos dos Ministérios de Tutela
GEOMOC	Em fase de avaliação



Quanto à dissolução e liquidação da ALC Leasing e da SOGIR, houve poucos avanços devido à necessidade de aproximadamente 300 milhões de Meticais para regularização do passivo com os credores, montante ainda não disponível para esse propósito. O processo de dissolução e liquidação da MOZAÍCO do ÍNDICO, SA, foi iniciado e encontra-se 75% concluído para sua efetivação.

d) Reforçar as Medidas de Supervisão e Controlo das Empresas

Durante o período em análise, com o propósito de fortalecer a supervisão e controlo das empresas foram conduzidas as seguintes actividades: aprovados 21 Planos Anuais de Actividade e Orçamento (PAAO's) para 2020 das empresas do SEE; todos os PAAO's das empresas do SEE foram aprovados para 2021, sendo que apenas dois foram reprovados e posteriormente devolvidos às respectivas empresas para as devidas correções; aprovados os Relatório e Contas (R&C) das empresas do SEE, referentes ao exercício económico de 2019, com a excepção das R&C das empresas EMEM, SA; Correios de Moçambique, EP e TMCEL, que foram reprovados durante as sessões ordinárias; analisados e validados os relatórios de actividades e orçamento trimestrais das empresas públicas para 2019; elaborado o Contrato-Programa das empresas públicas ADM, RBL, HICEP, TVM, RM, ENPCT e colhidos os pareceres dos sectores para revisão e posterior submissão ao MEF para assinatura; e aprovadas as matrizes de desempenho das empresas EMOSE, S.A., PETROMOC, S.A. e EDM, EP, que são parte integrante do Contrato de Gestão.

Durante as Assembleias-Gerais ordinárias das empresas, 14 delas registraram resultados líquidos positivos (BNI, S.A, EMOSE, S.A, DOMUS, S.A, BIM, S.A, CMH, S.A, SMM, S.A, Cervejas de Moçambique, S.A, RM, E.P e CFM, E.P, INM, E.P, EMÉRITUS Resseguro, S.A, NORSAD, S.A, ENH, E.P e CMG, S.A), tendo oito deliberado pela distribuição de dividendos (BNI, S.A, CMH, S.A, EMOSE, S.A, CFM, E.P, ENH, E.P, CMG, S.A., HCB, S.A e BIM, S.A). As demais empresas não distribuíram dividendos, pois necessitavam realizar investimentos, visando cobrir prejuízos de exercícios anteriores ou efectuar aumento de capital.

e) Garantir a elaboração do relatório financeiro consolidado do sector empresarial do Estado do exercício de 2020

Com o objectivo de garantir a elaboração do relatório financeiro consolidado do SEE para o exercício económico de 2020, foi lançado um concurso público. A empresa Ernst & Young foi seleccionada para conduzir o processo, aguardando-se, nesta fase, o

visto do Tribunal Administrativo, para a assinatura do contrato e início dos trabalhos em 2021. Esses trabalhos visam gerar, entre outros resultados: o manual de procedimentos para a consolidação de contas do SEE; a capacitação dos gestores das empresas e do IGEPE; e a elaboração do relatório consolidado do SEE.

2.2. No Âmbito da Governação Corporativa

2.2.1. Actividades Planificadas

Na Direcção de Governação Corporativa, tinha sido programado para o ano de 2020, um total de 17 actividades, e foram executadas positivamente acima de 94%, com destaque para: revisão dos instrumentos de governação corporativa do SEE; realização das Assembleias-Gerais nas empresas do SEE; gestão transparente nas empresas do SEE; e definição de critérios para a remuneração dos Órgãos Sociais das empresas do SEE.

Importa salientar que, devido à pandemia da COVID-19, uma das actividades planificadas para a Direcção de Governação Corporativa em 2020 foi afectada negativamente. Essa actividade diz respeito aos programas de indução dos gestores públicos em diversas áreas, como o funcionamento dos órgãos sociais, ética e probidade pública, processo de planificação empresarial e a legislação do SEE. A execução dessa actividade exigia a concentração de pessoas, o que era inviável dadas as restrições impostas pelo estado de emergência e calamidade pública decretada pelo governo. Portanto, está prevista a reprogramação dessa actividade para o ano de 2021.

2.2.2 Actividades Realizadas

a) Revisão dos instrumentos de governação corporativa no sector empresarial do Estado

Com a aprovação da Lei 3/2018, de 19 de Junho, foi necessário ajustar os modelos de governação das empresas a esse normativo legal. Além disso, houve a necessidade de elaboração e/ou revisão dos diversos instrumentos de gestão previstos na lei.

No período em análise foram submetidos para aprovação em assembleias gerais das empresas, os seguintes instrumentos de gestão e governação corporativa:

- a) Estatutos de 14 empresas, sendo das 12 empresas públicas, a saber: EDM, ENH, ADM, CFM, RM, TVM, HICEP, RBL, EMODRAGA e ENPCT Imprensa

Nacional de Moçambique, CORREIOS de Moçambique e duas empresas participadas, nomeadamente BNI e EMOSE. Esta realização representa o cumprimento do plano em 117%.

- b) Manuais de Governação Corporativa de três empresas participadas que são: TMCEL, BNI e PETROMOC, representando 100% do planificado;
- c) Regulamentos de Contratação de Empreitada de Obras Públicas, Fornecimento de Bens e Prestação de Serviços de cinco empresas, sendo quatro empresas públicas, nomeadamente: EDM, ADM, RM, TVM, e uma empresa participada, a PETROMOC, representando 115% do plano anual;
- d) Manual de Procedimentos Administrativos e Financeiros de uma empresa pública, a ADM, que representa um nível de cumprimento de 100%;
- e) Regulamento de Carreiras Profissionais: quatro empresas públicas nomeadamente EDM, RM, TVM e ADM, o que representa uma realização de 100%.
- f) Política Anti-Corrupção de uma empresa pública, a ADM, representando 100% do planificado.
- g) Código de Ética de uma empresa, a EDM, representando 100% do plano.

b) Assegurar a realização das Assembleias-Gerais nas empresas do SEE

Para a prossecução desta actividade, foram desenvolvidas as seguintes acções: foram realizadas 99 sessões de Assembleias Gerais das empresas, das quais 46 de empresas públicas e 53 de empresas participadas pelo Estado, representando um nível de cumprimento do plano em 188%. Das 99 sessões, 62 foram ordinárias e 37 extraordinárias.

Nestas sessões das Assembleias-Gerais foi feita a apreciação e deliberação sobre diversas matérias relativas ao desenvolvimento das actividades e negócios das empresas, sendo de destacar: os relatórios e contas da administração, referentes ao exercício económico de 2019, bem como a proposta de aplicação de resultados; a eleição dos membros dos órgãos sociais e estatutários; os instrumentos de gestão e de governação corporativa; os programas de investimentos; os processos de reestruturação financeira e operacional; o aumento do capital estatutário ou social;



o pacote remuneratório dos membros dos órgãos sociais e estatutários; o pacote remuneratório dos colaboradores; e os planos anuais de actividade e orçamento para o ano de 2021.

Foi realizado o processo de harmonização com as empresas para determinar as matérias a serem submetidas e discutidas em cada sessão da Assembleia-Geral. Isso possibilitou a emissão das convocatórias e sua publicação por meio dos mecanismos legalmente previstos.

No processo de preparação de cada sessão, foram elaborados 99 guiões que incluem a análise técnica e o parecer correspondente sobre cada uma das matérias submetidas pelas empresas. Esses guiões orientam o sentido de voto, servindo como base para a tomada de decisão dos accionistas durante a assembleia geral.

Como resultado das sessões realizadas, foram elaboradas as actas, que incorporam as matérias tratadas, as decisões tomadas e respectivas recomendações. Para possibilitar o acompanhamento pelo accionista na implementação das decisões, foram elaboradas matrizes de deliberações. Além das decisões e recomendações, as matrizes indicam as acções subsequentes, bem como os prazos de implementação de cada acção.

Feita a apreciação do cumprimento das deliberações tomadas, em todas as empresas, através da prestação de contas pelos Conselhos de Administração, em cada sessão seguinte das respectivas Assembleias-Gerais, sobre o grau de realização das decisões anteriores.

c) Garantir a gestão transparente nas empresas do SEE

Para assegurar a gestão transparente nas empresas, foram realizadas as seguintes acções:

Durante o ano de 2020, foram analisadas as contas de 47 empresas. Dessas, as contas referentes a 45 empresas foram aprovadas, enquanto as contas de duas empresas foram reprovadas.

Um contrato de gestão, que inclui a matriz de indicadores de desempenho, foi assinado, juntamente com sete contratos de mandato. Adicionalmente, foram aprovados sete termos de referência para os cargos de função na empresa EDM;

Foi concluída a elaboração e harmonização de seis contratos de gestão, 23 contratos de mandato e igual número de termos de referência dos cargos de função, para as empresas ENH, CFM, EMOSE, TMCEL, DOMUS, Sociedade do Notícias;

Foram elaborados e em fase de harmonização, seis contratos de gestão, 21 contratos de mandato e igual número de termos de referência dos cargos para as empresas TVM, RM, ENPCT, LAM, SMM, BNI, representado 100% do planificado;

Foi ainda realizada a monitoria dos mandatos dos membros dos órgãos sociais, coordenando o processo de eleição e posse dos Gestores Públicos e Representantes do Estado. Adicionalmente, foram preenchidas as vacaturas em 10 empresas do SEE, com destaque para aquelas em que novos membros dos Conselhos de Administração foram designados, como é o caso da EDM, ENH, CFM, BNI, Sociedade do Notícias e SMM. Isso representa uma realização de 100% em relação ao planificado.

A informação dos Gestores Públicos e Representantes do Estado das empresas do SEE foi recolhida e a Base de Dados foi actualizada, atingindo 100% do planificado. Além disso, o trabalho para o desenvolvimento da Base de Dados foi iniciado, contando com o apoio da Empresa Nacional de Parques de Ciência e Tecnologia.

Com vista a melhor assessorar o accionista nos processos de investimento, gestão de risco, dívida, foram criadas Comissões de Investimento, Gestão de Risco e Dívida para as empresas EDM, ENH e PETROMOC. Considera-se este, um marco importante na implementação da Lei do SEE, uma vez que estão sendo consolidados os mecanismos para o reforço do controlo e monitoria dos processos de financiamento, endividamento e controlo do risco, em especial do risco fiscal.

No âmbito da colaboração com o Gabinete Central de Combate à Corrupção, foram realizadas sessões de formação em Ética e Probidade Pública em duas empresas do SEE. Na EDM, participaram os membros do Conselho de Administração e quadros de Direcção da empresa. Já na TMCEL, SA, foram envolvidos os membros do Conselho de Administração e os quadros de direcção e chefia das regiões norte, centro e sul do país.

d) Definir os critérios para a remuneração dos órgãos sociais das empresas do SEE

Foi concluída a reflexão sobre o decreto que estabelece as modalidades e os critérios para a fixação de remunerações dos membros dos órgãos estatutários das empresas do SEE, e que aguarda a a submissão ao Conselho de Ministros para aprovação.

2.3. No Âmbito de Investimentos

2.3.1. Acções Estratégicas na Área de Investimentos

As acções estratégicas neste âmbito incluem implementar a estratégia de

investimentos do SEE; elaborar o plano de negócios da estratégia de Investimentos; avaliar e monitorar os projectos de investimentos do SEE; e avaliar e monitorar as parcerias público-privadas nas empresas do SEE.

2.3.2 Actividades Planificadas

a) Implementar a estratégia de investimentos nas empresas do SEE

- (i) Operacionalizar a estratégia criando o programa estratégico e suas componentes;
- (ii) Criar o respectivo Comité de implementação;

b) Elaborar o plano de negócios da estratégia de investimentos

- (i) Preparar os termos de referência para a seleção do consultor;
- (ii) Assegurar o plano de negócios;
- (iii) Assegurar a aprovação do plano de negócios.

c) Avaliar e monitorar os projectos de investimentos nas empresas do SEE

- (i) Selecionar as empresas alvo de intervenção;
- (ii) Verificar a viabilidade e a rentabilidade dos projectos;
- (iii) Verificar e certificar sobre a fiabilidade das fontes de financiamento dos projectos.

d) Avaliar e monitorar as parcerias público-privadas nas empresas do SEE

- (i) Avaliar as parcerias público-privadas, sua pertinência e impacto;
- (ii) Analisar e avaliar os contratos programas.

2.3.3. Actividades Realizadas

Até ao quarto trimestre foram executadas positivamente todas as cinco actividades,

de um total de cinco programadas, alcançando um nível de realização de 100%. Destacam-se as seguintes actividades:

a) No âmbito da reestruturação das empresas do SEE

Garantir a implementação da estratégia de investimentos do sector empresarial do Estado

Ao longo do ano de 2020, o IGEPE investiu cerca de um milhão de meticais nas empresas do SEE, por meio de aportes financeiros, destinados ao aumento e realização do capital social nessas sociedades. Destacam-se, particularmente, as empresas LAM, ADM, BNI, SEMOC, EMEM e Rádio Moçambique.

Avaliar participações sociais

Durante o período em questão, foi realizada a avaliação da participação em cinco empresas, nas quais o Estado e/ou IGEPE têm a intenção de alienar sua participação. Essas empresas são: MOGAS, S.A., EMERITUS, S.A., Cimentos de Moçambique, S.A., MEXTUR, S.A. e COMETAL S.A. O objectivo é proceder à alienação da participação no âmbito do processo de desinvestimento em participações não estratégicas e que tendencialmente não distribuem dividendos.

b) No âmbito da Consolidação dos mecanismos da monitoria do Desempenho Económico-financeiro das Empresas

Avaliar e monitorar as Participações Indirectas e Parcerias Público-Privadas

Foi realizada a avaliação económico-financeira das Participações Indirectas, incluindo as parcerias público-privadas, das empresas do SEE, resultando na produção do primeiro rascunho do relatório de avaliação.

Avaliar e monitorar os projectos de investimentos do sector empresarial do Estado

Durante o ano em curso foram analisados projectos de investimento de algumas empresas do SEE, do qual se destacam as empresas que se seguem:

- (i) EDM, E.P. - Projecto de Construção de uma Central fotovoltaica em Mecufi na Província de Cabo Delgado, com uma capacidade de geração de 20MW para integrar na rede nacional de transmissão; e Projecto de Construção de uma Central fotovoltaica em Cuamba I e II, na Província de Niassa, com

uma capacidade de geração de 30MW e 20MW respectivamente, para integrar na rede nacional de transmissão;

- (ii) SMM – Plano para o estabelecimento de uma unidade de produção de soros e injectáveis, que ira abastecer o mercado nacional e regional;
- (iii) RM - Projecto de Modernização, Digitalização e Expansão da Radio Moçambique, com investimento estimado em 92 milhões de US\$;
- (iv) ADM - Projecto de concessão da exploração dos terminais de carga dos aeroportos internacionais de Maputo, Beira e Nacala;
- (v) PETROMOC - Projecto de estabelecimento de um pipeline entre Moçambique e África do Sul em parceria com a empresa PETRO CORP, sediada na Província de Mpumalanga;

a) Participar na elaboração e monitorar os Contratos Programa e a Matriz Indicadores de Desempenho Económico-financeiro das empresas do SEE

A Direcção de Investimentos participou na elaboração dos Contrato-Programa para as seis empresas do SEE que recebem aportes financeiros do Estado para apoio ao défice de exploração; e elaboração da Matriz de Indicadores de Desempenho Económico-financeiro Matriz (cinco empresas), e sua inclusão como parte integrante dos Contratos de Gestão.

c) No âmbito da redução do risco fiscal

Monitoria dos limites de endividamento nas empresas do SEE e Avaliação de Risco

Foi feita a monitoria do endividamento das empresas do SEE e do seu nível de risco, que culminou: no fornecimento de informação sobre a componente da dívida das empresas do SEE a constar do Relatório Anual da Dívida Publica referente ao exercício económico de 2019; e na elaboração do Relatório da Dívida do SEE – 2019, que inclui, as dívidas das empresas do SEE; e a avaliação do risco do endividamento das empresas.

2.4. No Âmbito da Administração e Finanças

2.4.1. Actividade Planificadas

a) Departamento Financeiro

Foram planificadas com actividades as seguintes: realização das Auditorias Interna e Externa; arrecadação da receita; despesas na rubrica de Operações Financeiras do Estado; e análise orçamental do IGEPE.

b) Departamento de Património

Foram planificadas com actividades as seguintes: manutenção e reparação de três imóveis; manutenção e reparação de Viaturas; manutenção e reparação de equipamentos; pagamento de Seguros (Ramo de Automóveis e Habitação); pagamento de manifestos e taxas de rádio das viaturas; gestão do Stock de economato (Material de Escritório, Consumíveis e Bens Alimentícios); alienação de viaturas; e inventariação dos bens patrimoniais.

c) Departamento de Recursos Humanos

Foram planificadas com actividades as seguintes: melhorar o processo de assistência médica e medicamentosa; melhorar o sistema de controlo da assiduidade, férias e ausências; proceder ao processamento salarial; monitorar o processo de avaliação de desempenho; elaborar e implementar o plano de formação; proceder a progressão dos colaboradores.

2.4.2. Actividades Realizadas

a) Departamento Financeiro

Realização das Auditorias Interna e Externa

Durante o ano de 2020 foram realizadas as auditorias interna – pela Inspeção-Geral de Finanças e Ministério da Função Pública; externas – pelo Tribunal Administrativo e auditor externo, a MAZARS.

Arrecadação da Receita

Receita Total

A receita orçamentada para o exercício económico de 2020, foi no valor de 2.784,6 milhões de Meticais. No final do exercício económico, foi arrecadado o valor de 6.338,27 milhões de Meticais que corresponde a 228% de realização. A grande realização dos dividendos é influenciada positivamente pela distribuição dos dividendos das empresas públicas, nomeadamente: Hidroelétrica de Cabora Bassa – no valor de 3.240,0 milhões de Meticais, referente aos dividendos não pagos dos anos de 2015, 2016, 2017 e 2019; Caminhos de Ferro de Moçambique – no valor de 887,9 milhões de Meticais; e Empresa Nacional de Hidrocarbonetos – no valor de 516,6 milhões de Meticais.

Uma parte da receita dos dividendos da HCB, no montante de 1.800,0 milhões de Meticais, foi desembolsado directamente para a EDM no âmbito do programa de electrificação rural.

As empresas participadas que distribuíram dividendos neste período foram a Millenium Bim – no valor de 861,43 milhões de Meticais; CMH – no valor de 660,4 milhões de Meticais; BNI – no valor de 50 milhões de Meticais; EMOSE – no valor de 32,98 milhões de Meticais; e a CMG – no valor de 30 milhões de Meticais.

Relativamente as alienações, foram alienadas as seguintes empresas: GERALCO, TECNAUTO, Fábrica de Cajú de Manjacaze, Moçambique Previdente, ECMEPS, PINTEX da Beira, GAPI, MARMONTE, STEIA, TEXTAFRICA.

Receita do Estado

Para o ano de 2020, da receita a favor do Estado, foi previsto o valor total de 2.338,3 milhões de Meticais, tendo sido arrecadado o valor de 5.932,93 milhões de Meticais, correspondendo a uma realização de 254%.

Receita do IGEPE

Durante o exercício económico, o IGEPE arrecadou 405,3 milhões de Meticais, que corresponde a 91% da previsão feita no valor de 446,2 milhões de Meticais.

Para além da receita de dividendos e da alienação, o IGEPE arrecadou ainda a receita de órgãos sociais das empresas e da venda de cadernos de concursos.

Análise Orçamental da Despesa do IGEPE

O orçamento de despesas do IGEPE aprovado para o presente ano foi no valor de 194,35 milhões de Meticais. A execução da despesa durante o exercício foi no valor de 168,7 milhões de Meticais, que corresponde a 87% de realização.

Algumas actividades planificadas foram adiadas devido à pandemia da COVID-19 e serão realizadas no ano de 2021, se a situação melhorar. Essas actividades incluem: Reuniões com Sector Empresarial para a implementação da Estratégia de Investimentos; Reuniões com Sector Empresarial do Estado para a implementação da Estratégia de Viabilização e Rentabilização; Reuniões com o Sector Empresarial do Estado no âmbito da Consolidação de Contabilização. A falta da realização das actividades acima arroladas, influenciou negativamente na execução do orçamento do ano de 2020.

Relativamente as despesas de investimentos, na rubrica de consultorias, execução foi de 56%, pois apesar de alguns concursos terem sido lançado, a sua operacionalização será apenas efectiva no ano de 2021, nomeadamente: Consolidação de Contas, Estratégia de Viabilização e Rentabilização do SEE; e Consultoria no Apoio da Negociação da Venda de Participações Sociais.

Comparação da arrecadação da Receita entre os anos 2019 e 2020

Em termos comparativos, a realização da receita do ano corrente esta a 201%, quando comparado com o ano de 2019. Em 2020 as receitas arrecadas foram de 4.229 milhões de Meticais contra 2.101 milhões de Meticais em 2019.

Comparação da execução da Despesa entre os anos 2019 e 2020

As despesas reduziram a 24%, quando comparada com a execução no mesmo período execução no ano anterior. Em 2020, a despesa cifrou-se em 138,2 milhões de Meticais contra 182,5 milhões de Meticais em 2019.

b) Departamento de Património

As actividades desenvolvidas por neste âmbito consistiram na: manutenção e reparação dos imóveis; manutenção e reparação de viaturas; manutenção e reparação de equipamentos; pagamento de seguros (Ramo de Automóveis e Habitação); pagamento de manifestos e taxa de rádio; gestão do Stock de Economato; alienação

de viaturas; inventariação dos bens patrimoniais; e abate de diversos bens.

c) Departamento de Recursos Humanos

Melhorar o processo de Assistência Médica e Medicamentosa

No âmbito do compromisso com a saúde dos colaboradores, realizou-se a actualização da lista de beneficiários da assistência médica e medicamentosa. Actualmente, 256 beneficiários estão incluídos nesse programa, dos quais 57 são colaboradores da instituição. O orçamento destinado à rubrica de Assistência Médica e Medicamentosa atingiu o montante de 5.045.396,38 Meticais. Este valor representa 62% da projecção inicial para o ano de 2020, estabelecida em 8.165.670 Meticais. Essa execução financeira reflecte nosso compromisso em assegurar o acesso contínuo a serviços de saúde de qualidade para os beneficiários designados.

Melhorar o processo de controlo da Assiduidade, férias e Ausências

Monitoria dos pedidos de férias/dispensas/ausências/pontualidade e a assiduidade, sendo que as dispensas e faltas foram deduzidas do período de férias ou reflectir no salário, dependendo da situação do colaborador.

Proceder ao Processamento Salarial

O grau de execução foi de 100%, com o processamento de 12 meses de salário, pagos subsídios de férias, décimo terceiro salário e processadas as três prestações de órgãos sociais. Foram igualmente processadas as folhas do INSS, Previdência Social, IRPS e SNV (Serviço Nacional de Vencimentos para pagamentos, sendo que a última foi remetida ao CEDSIF para o respectivo reembolso.

Monitorar o Processo de Avaliações de Desempenho

Monitoria do processo das avaliações de desempenho de 2019, incluindo a submissão para homologação pelo Conselho de Administração e posterior arquivo nos processos individuais dos colaboradores. Com base nos resultados das avaliações, foi possível determinar a progressão de 35 colaboradores, a mudança de carreira de um colaborador e a promoção de nove colaboradores.

Distribuídas as fichas de avaliação de desempenho para o ano de 2020 e os respectivos acordos de Desempenho e os Planos Individuais de Actividades. Estas serão assinadas entre o avaliado e o avaliador, servindo como base para a avaliação do desempenho no ano de 2021.



Elaborar e Implementar o Plano de Formação

No que diz respeito à formação, seis colaboradores participaram de uma capacitação oferecida pelo MEF em matérias e planificação e orçamentação no CEDSIF. As demais acções de formação programadas para este ano foram suspensas devido à pandemia da COVID-19.

Ainda no contexto das formações, três colaboradores apresentaram os certificados de conclusão com sucesso da sua formação académica, na área de contabilidade, dois para o grau de licenciatura e um do curso médio. A distribuição dos colaboradores por grau académico a 31 de Dezembro de 2020, é a seguinte: Mestrado (10), Licenciatura (36), Nível Médio Profissional (seis), Nível Médio Geral (seis) e Nível Básico (três).

No período em referência o IGEPE orientou apenas um estágio profissional no Gabinete Jurídico.

Gestão do Pessoal

O IGEPE contou com o reforço de quatro colaboradores, por via de mobilidade de quadros, tendo sido afecto ao Gabinete Jurídico (um), Direcção de Investimentos (um), Direcção de Controle das Participações (um) e Direcção de Governação Corporativa (um) como técnicos.

No mesmo período, houve desligamento de cinco colaboradores: quatro por terem atingido a idade de reforma e um que solicitou férias sem remuneração para continuar com a sua formação profissional. É importante mencionar que, durante o período mencionado, o IGEPE lamentavelmente perdeu um membro do Conselho Fiscal devido a doença.

A 30 de Setembro o IGEPE contava com um universo de 61 colaboradores incluindo os membros dos órgãos sociais, sendo 31 homens e 30 mulheres.

Outras Actividades

A Inspeção do Ministério de Administração Estatal e Função Pública, resultou na elaboração de um relatório que inclui constatações e recomendações, juntamente com uma matriz para acompanhar a implementação das recomendações.

Foram adoptadas diversas acções com o objectivo de reduzir o risco de contaminação pela COVID-19, no local de trabalho. Destaca-se ainda o apelo feito aos colaboradores para aderirem rigorosamente às medidas de prevenção e combate à esta pandemia.

Além disso, foi implementada a rotatividade semanal, uma medida que se mostrou eficaz durante o Estado de Emergência vigente desde Abril de 2020.

2.5. No Âmbito de Planificação e Desenvolvimento Institucional

2.5.1. Actividades Planificadas

No âmbito da planificação e desenvolvimento institucional tinham sido programados para o PAO 2020, um total de 20 actividades e todas foram satisfatoriamente executadas a um nível de 100%, com maior destaque para as seguintes: monitoria do cumprimento das principais actividades planificadas; elaboração dos balanços trimestrais de actividades; elaboração dos planos de actividade e orçamento para o ano seguinte; e melhoria do suporte tecnológico institucional, incluindo a actualização e apetrechamento do IGEPE com equipamento informático.

2.5.2. Actividades Realizadas

Neste âmbito as acções chave realizadas incluíram: realização da monitoria do cumprimento das principais actividades planificadas para o ano de 2020; realização do balanço do plano de actividades anual do IGEPE; enviado ao MEF o balanço do PES e do PAO 2020 no âmbito do CFMP.

Actividades Realizadas na Repartição dos Sistemas de Informação e Comunicação

No âmbito de melhoramento do suporte tecnológico institucional e da actualização e apetrechamento do IGEPE com equipamento informático adequado, foram adquiridas duas impressoras e aguarda-se pelo pagamento das licenças de actualização do PHC. Foram adquiridos também: VMWARE - Software para a protecção da rede MS-Exchange - Gestor de E-mails (actualização da licença anual), Firewall (VPN) - Software para protecção da rede (actualização da rede anual) Antivírus do Servidor. Instalado e actualizado o Antivírus de rede.

Foram também lançados e adjudicados os concursos no processo de VMWARE -

Software para a protecção da rede MS- Exchange - Gestor de E-mails (actualização. da licença anual) Firewall (VPN) - Software para protecção da rede (actualização da rede anual) Antivírus do Servidor.

2.6. No Âmbito da Assistência Jurídica

2.6.1. Actividades Planificadas

O Gabinete Jurídico tinha programado para Janeiro a Dezembro de 2020, um total de 12 actividades e foram todas executadas com sucesso, atingindo um nível de 100%, com maior impacto para as seguintes acções: continuar a elaborar a versão harmonizada da proposta de alteração do Decreto de criação do IGEPE e do Estatuto Orgânico; continuar a divulgar, acompanhar e apoiar o processo de implementação da Lei n.º 3/2018, de 19 de Junho, que estabelece os princípios e Regras Aplicáveis ao SEE, nas empresas do sector empresarial do Estado; assegurar a reforma da legislação sobre o processo de alienações das participações do SEE; apoiar o processo de alteração dos Estatutos das empresas do sector empresarial do Estado, incluindo os diplomas legais da sua criação, no âmbito da implementação da Lei nº 3/18, de 19 de Junho; e apoiar na revisão do Decreto e Estatuto do gestor público.

2.6.2. Actividades Realizadas

- **No âmbito das Actividades de Rotina**

- a) Assessorou a Direcção de Controlo das Participadas nos processos específicos de reestruturação e/ou alienação das participações do Estado e do IGEPE;
- b) Emitiu pareceres diversos: CPCV's, memorandos de Entendimento, Contratos de Confidencialidade e outros;
- c) Elaborou Propostas de Despachos diversos (PM, conjuntos, etc.);
- d) Assessorou o processo de elaboração dos contratos de mandato e de gestão entre o IGEPE e os Gestores Públicos do SEE e entre o IGEPE e os CA's do SEE;
- e) Apoiou o processo de alteração dos Estatutos das Empresas do SEE, incluindo os diplomas legais da sua criação, no âmbito da implementação da Lei n.º 3/18, de 19 de Junho;

- f) Continuou a divulgar, acompanhar e apoiar o processo de implementação da Lei n.º 3/2018, de 19 de Junho, que estabelece os princípios e Regras Aplicáveis ao Sector Empresarial do Estado, nas Empresas do Sector empresarial do Estado;
- g) Apoiou e assistiu juridicamente empresas do SEE quando demandam ou demandados;
- h) Elaborou e monitorou o mapa de petições submetidas ao IGEPE e as respectivas respostas;
- i) Preparou as sessões do Conselho de Administração e elaborou as respectivas actas;
- j) Representou o Estado e as empresas em liquidação, em litígios judiciais e de jurisdição administrativa.
- k) Controlou o circuito geral do expediente e as respostas às petições entradas no IGEPE/Triagem e controlou os prazos para as respectivas respostas;
- l) Elaborou as matrizes das petições numa base mensal, trimestral e anual;
- m) Coordenou e melhorar o arquivo do IGEPE através do acompanhamento da organização da documentação do mesmo.

• **Balanço das Petições**

No período em referência, o IGEPE recebeu um total a 135 petições, das quais, 91 foram respondidas e 44 em processo de análise.

2.7. No Âmbito da Auditoria Interna

No actual Relatório de Actividades do Gabinete de Auditoria Interna (GAI), estão registadas as principais actividades realizadas no segundo semestre de 2020,

considerando que o gabinete foi formalmente criado em Julho.

Durante o período mencionado, foram desenvolvidos instrumentos/modelos de prestação de contas, tanto para uso interno quanto para as empresas que recebem subsídios do Estado. Essa iniciativa visou padronizar os processos, pois cada empresa costumava apresentar as informações de maneira diferente.

Está em curso a revisão do Manual de Procedimentos Administrativos e Financeiros, com vista a sua actualização, prevendo-se a sua conclusão para Dezembro de 2020.

Procedeu-se o acompanhamento das recomendações do TA, a nível do Departamento do Património, constatou-se que algumas ainda não tinham sido cumpridas, nomeadamente: incorporação no inventário de alguns bens adquiridos e não inventariados em 2018; identificar a viatura da marca Nissan Centra – ADF-300-MC como património do Estado; e o pagamento do imposto de selo por parte dos sete beneficiários de alienação de viaturas. Refira-se que todas as recomendações já foram cumpridas.

As recomendações da Inspecção da Função Pública foram, em sua maioria, cumpridas. As pendentes referem-se principalmente à necessidade de formação, exemplificativamente, nas áreas de arquivo e classificação de documentos. O processo de instalação da linha verde encontra-se em curso, com o pedido de autorização já encaminhado ao Regulador - Instituto Nacional das Comunicações (INCM).

A maioria das recomendações da Inspecção-Geral de Finanças foi cumprida. A questão pendente refere-se principalmente ao Regulamento de Aquisição, Alienação e Utilização de Viaturas, o qual foi encaminhado à DNPE para as devidas providências. Além disso, há a questão da programação e inscrição no orçamento do IGEPE de todos os compromissos assumidos pelo Estado nas Operações Financeiras do Estado, sendo este tema gerido pela DAF. Vale destacar que, com a inclusão no Orçamento do Estado do défice de exploração das empresas públicas, visa minimizar esse problema.

No Departamento do Património, constatou-se que as requisições de materiais não eram apropriadas. Introduziu-se um novo modelo em que cada colaborador tem uma requisição para todo o ano, proporcionando um melhor controlo e uma trilha de auditoria mais eficiente.

O IGEPE tem realizado muitas despesas fora do ambiente e-SISTAFE, havendo

necessidade de se reverter esta situação.

Foram concebidos modelos de contagem de caixa e de relatório de viagem a serem submetidos ao Conselho de Administração para apreciação e aprovação.

Com base nos planos trimestrais e respectivos relatórios elaborados pelas empresas que se beneficiam de subsídio do Estado, foi feito o acompanhamento da sua execução e emitidas recomendações, conforme o constatado.

O GAI foi chamado a colaborar nas diferentes actividades a destacar:

- a) No âmbito do Programa Sustenta – intensificação da produção do arroz nos regadios de Chókwè e Baixo Limpopo, faz parte da equipe de monitoria deste programa, tendo sido realizadas três viagens e elaborados os respectivos relatórios e recomendações; e
- b) Incumbido a missão de acompanhar o processo de integração do Dr. Adolfo Viera como novo Director Financeiro da Empresa Nacional de Parques de Ciência e Tecnologia, que culminou com a entrega de pastas.

2.8. No Âmbito das Aquisições

Foram celebrados 43 contratos, sendo que 30 deles possuem visto do Tribunal Administrativo e foram encaminhados à UFSA. Os 13 contratos restantes foram enviados ao Tribunal Administrativo e aguardam pelo visto.

A UGEA participou na elaboração de regulamento de contratação de empreitada de obras, bens e serviços das empresas do SEE, nomeadamente, a TVM, RM, PETROMOC, AEROPORTO E EDM.

2.9 Medidas de Prevenção e Mitigação no Combate à Pandemia COVID-19

• Medidas de Prevenção e Mitigação

Devido à situação da pandemia do COVID-19, o IGEPE, em conformidade com as orientações do Governo e em cumprimento das medidas adotadas durante o Estado de Emergência, declarado em 30 de Março e prorrogado até 30 de Setembro de 2020,

implementou as seguintes acções restritivas de prevenção e mitigação:

- **Medidas de distanciamento social**

- a) Introdução de rotatividade do pessoal, onde os colaboradores fazem-se ao local de trabalho em semanas alternadas;
- b) Redução do número de colaboradores por áreas de trabalho, máximo de dois técnicos em simultâneo;
- c) Restrição de número de participantes em reuniões (máximo três pessoa).

- **Medidas de higiene e limpeza**

- a) Uso de álcool gel e de tapetes embebidos em solução de água e hipoclorito de sódio (lixívia) à entrada do edifício do IGEPE, para a desinfecção das mãos e pés de todos os seus utentes;
- b) Disponibilização de álcool gel em todos os andares do edifício para a desinfecção das mãos;
- c) Contratação de um agente, para medir a temperatura de todos os colaboradores e visitantes a entrada da instituição;
- d) Disponibilização de sabão “bingo” em todos os sanitários e copas para a lavagem das mãos;
- e) Limpeza e desinfecção constante dos sanitários, maçanetas das portas, elevador e de outras superfícies que podem constituir fonte de contágio;
- f) Manutenção de portas e janelas dos gabinetes permanentemente abertas, de modo a garantir maior ventilação e menor risco de contágio;

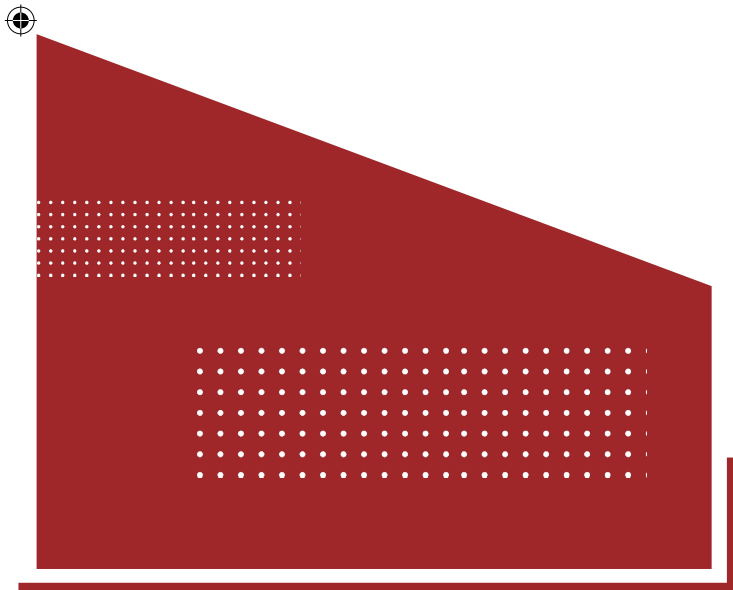
- **Medidas de protecção pessoal e colectiva**

O IGEPE adquiriu máscaras para oferta aos seus colaboradores, como forma de estimular o seu uso, tendo estabelecido a sua obrigatoriedade na instituição, quer pelos colaboradores como pelos visitantes: uso de luvas pelas secretárias, recepcionistas e pessoal de apoio, uma vez que estes lidam constantemente com documentos (internos e externos); Demarcação do distanciamento social, entre a recepção e dos visitantes; e uso de viseira para o pessoal in-front.



- **Medidas de disseminação de informação**

- a) Realização de uma palestra com consultor e médico do Instituto Nacional de Saúde, para disseminação do protocolo a ter em conta, caso um colaborador teste positivo;
- b) Colocação de panfletos informativos sobre a COVID-19 e sobre as medidas de prevenção, na vitrina do IGEPE, elevadores e espaços comuns;
- c) Sensibilização interna para o cumprimento das orientações da OMS e do Ministério da Saúde.





3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 2020, o IGEPE geriu uma carteira composta por 42 empresas estratégicas e uma fundação. Dentre essas, 12 eram empresas públicas, sete exclusivamente participadas pelo Estado, 11 maioritariamente participadas pelo Estado, e 12 minoritariamente participadas pelo Estado.

Apesar dos efeitos negativos advindos da Pandemia da COVID-19 que afectaram a conjuntura macro-económica, o grau de realização do plano de actividades e orçamento para o presente ano é considerado bom, com um nível de execução de 97%.

As actividades que não puderam ser executadas em 2020 devido à sua natureza e à pandemia da COVID-19 foram transferidas para o Plano de Actividades e Orçamento de 2021, estando previstas no mesmo orçamento, nomeadamente:

• Despesas de Funcionamento

Reuniões com o SEE para a implementação da Estratégia de Investimentos; Reuniões com o SEE para a implementação da Estratégia de Viabilização e Rentabilização; e Reuniões com o SEE no âmbito da Consolidação de Contas;

• Despesas de Investimento

Consolidação de Contas do SEE; Estratégia de Viabilização e Rentabilização do SEE; e Consultoria no Apoio da Negociação da Venda de Participações Sociais.

Deste modo, o IGEPE mantém a intenção de fortalecer o SEE, tornando-o cada vez mais dinâmico e adaptado aos desafios do mercado. Busca-se um desempenho eficiente que resulte em um substancial aumento das receitas de capital, contribuindo assim de maneira mais significativa para o Tesouro Público.

4. PERSPECTIVAS PARA 2021

O ano de 2021 marcará a continuidade do ciclo de governação iniciado em 2019, com previsão de término para 2024. Este ciclo visa imprimir uma nova dinâmica na reestruturação do SEE, tornando-o mais eficaz e sustentável. Iniciado com a integração das Empresas Públicas, o ciclo prosseguirá com o processo de reestruturação e consolidação das empresas participadas. Essa iniciativa revelará, pela primeira vez, o potencial de activos do SEE como um todo.

O endividamento, as participações financeiras e as práticas operacionais das empresas serão avaliadas por meio dos procedimentos internos, planos estratégicos, planos de negócios, planos de investimento, além de outros indicadores de desempenho das empresas. Essa análise visa avaliar os diversos riscos, em particular o risco fiscal, que essas empresas representam.

Será intensificada a assistência às empresas para se conformarem com as boas práticas de governação corporativa e combate a práticas antiéticas.

Como resultado dos impactos da pandemia da COVID-19, antecipa-se uma redução de 3% na arrecadação da receita total para o exercício económico de 2021 em comparação com o de 2020

RELATÓRIO ANUAL DE ACTIVIDADES



20



Rua de Mukumbura nº 363, Maputo, Moçambique
Tel: +258 21 485 640; +258 21 485 643
Email: inf@igepe.org.mz; www.igepe.org.mz